

"Ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho. A Educação, que deve ser um ato coletivo, solidário - um ato de amor - dá pra pensar sem susto, não pode ser imposta". (Paulo Freire)

Entre afetos, fortaleza, resistência, correções, advertências aprendi o caminho da responsabilidade, da luta e da vitória, no seio da minha família, ensinados por meus pais (já falecidos), aos quais dedico toda minha gratidão.

Aos professores e colegas dedico todo esse trabalho, pois que, com seus incentivos e críticas, fizeram-me ter sede de aprender, de descobrir e de saber.

Contribuindo estiveram amigos, e parentes para que eu sempre me recuperasse das fadigas, dos desânimos, estimulando a prosseguir, para hoje mostrar-lhes que consegui chegar ao final da batalha.

S U M Á R I O

	PAG.
I. INTRODUÇÃO.....	01
II. JUSTIFICATIVA.....	03
III. OBJETIVOS.....	06
IV. METODOLOGIA.....	07
V. A PRÁTICA SUPERVISORA NA ESCOLA PÚBLICA.....	10
VI. CONCLUSÃO.....	13
VII. BIBLIOGRAFIA.....	14

I- INTRODUÇÃO

O tema desse estudo é Ação Supervisora numa escola pública da 9ª Região de Ensino da Paraíba. Esta escola se situa na cidade de Cajazeiras.

Pretendemos aqui, analisar a prática educativa dessa atividade profissional no contexto sócio - político e econômico da sociedade brasileira / paraibana.

O nosso interesse pela função supervisora na referida escola ' originou-se de estudos e discussões realizadas em sala de aula. Isto despertou em nós o desejo de buscar informações mais substanciais sobre a prática da supervisão e sobre as dificuldades que encontram as supervisoras no desenvolvimento de seu trabalho, pois sabemos que esta prática se dá num sistema' educacional que apresenta várias dificuldades.

A educação, durante os últimos anos, não tem merecido a atenção necessária das autoridades competentes de modo a favorecer uma prática ' educativa de qualidade. Além disso existe todo um cuidado por parte do próprio Estado para que a educação não seja utilizada como instrumento que permita o desvelar das relações que se dão no interior da sociedade brasileira, numa tentativa de inibir as possibilidades de transformação desta sociedade.

Nesse sentido, a Supervisão Educacional, na forma como tradicionalmente vem exercida, tem se constituído num forte aliado dos governos ' Federal e Estadual, para o cumprimento de seus propósitos políticos - educacionais, o que justifica inclusive a sua introdução no seio das escolas públicas.

Porém, no momento atual de transformação por que passa a sociedade e a educação brasileira, a comunidade escolar, em geral, e a Supervisão Educacional em particular, procura, no movimento de sua ação e reflexão, rever sua prática pedagógica deslocando o eixo de sua ação individual para o coletivo, o social e o global, ao tratar da questão do ensino-aprendizagem ' de modo que possa contribuir, efetivamente, para um trabalho educativo transformador.

Desse modo, como aluno do VII período do Curso de Pedagogia do Centro de Formação de Professores do Campus V da Universidade Federal da Paraíba, tentando responder às exigências impostas pelo processo de mudanças ' no campo educacional, pretendemos com este trabalho para o estágio supervisionado em Supervisão Escolar, investigar de que modo se realiza a Ação-Supervisora na escola de 1º grau da Rede Estadual de Ensino, articulada na 9ª Região de Ensino e como é percebida pelo corpo docente e técnico - adminis-

Entendemos que, refletir sobre a questão acima proposta torna-se relevante na medida em que buscamos compreender a prática educativa' dessas profissionais, sua concepção de escola pública enquanto instância da sociedade, como espaço significativo na luta por uma escola pública gratuita e de qualidade, ao tempo em que, teremos experiência educativa de natureza teórico-prática enquanto estagiarias de habilitação em Supervisão Escolar.

II- JUSTIFICATIVA

Para compreendermos a origem da supervisão no campo educacional brasileiro, é necessário compreendê-la, analisando o contexto histórico nacional e internacional da época em que ela foi inserida como atividade profissional. Segundo NOGUEIRA (1989) "a origem da supervisão educacional na realidade brasileira, tem a ver com o seu contexto histórico suas vinculações com o contexto internacional e ao encaminhamento dado as questões nacionais no cenário mundial". (p.33)

Naquela época, início dos anos 40, o mundo se dividia em dois blocos: Ocidental, liderado pelos americanos e o Oriental formado pela URSS. Nesse contexto internacional ocorre a chamada guerra fria entre estas duas potências do mundo, uma vez que o sucesso e a expansão do socialismo representa perigo para o bloco capitalista. Frente ao crescimento do Comunismo os americanos trataram de investir nos países capitalistas, oferecendo-lhes assistência técnica com a finalidade de "ajudá-los". Em verdade, a intenção era mesmo manter esses países sob seu domínio e longe da ideologia comunista. Para tanto, firmaram acordos com a maioria dos países da América Latina, entre eles o Brasil.

O governo brasileiro representado por Getúlio Vargas - 1950 - 1954, mantendo-se no poder, apoiado em bases populistas, defende o desenvolvimento nacionalista numa tentativa de, certa forma, impedir a entrada de capitais internacionais. Tal política gera grandes conflitos e tensões entre as classes dominantes: de um lado, a defesa do desenvolvimento internacionalizado e do outro, do desenvolvimento independente. Isto contribuiu para o desgaste da política de Vargas, pois não conta com o apoio nem da classe dominante e nem da classe operária, o que provoca a sua deposição e, posteriormente, seu suicídio.

Eleito presidente, Juscelino Kubitscheck - 1956, que mesmo assumindo uma política de massas, seu governo destaca-se pela implantação definitiva do capital internacional no país. Desse modo, intensifica a entrada de investimentos externos, haja vista ser ele um defensor da internacionalização do desenvolvimento. Por isso, os acordos firmados entre o Brasil e os Estados Unidos só vigoraram oficialmente a partir do seu governo, embora, tenham sido acordados, o primeiro, em 1950, chamado Acordo Geral de Cooperação Técnica e o segundo, Acordo Especial de Serviços Técnicos, data de 1953.

No bojo destes acordos na área educacional foi criado o Programa de Assistência Brasileira Americana ao Ensino Elementar - PABAAE instalado na cidade de Belo Horizonte em 1955.

po educacional brasileiro.

O PABAEF tinha três objetivos básicos que o fundamentava. O primeiro deles merece destaque porque é essencial para a compreensão do surgimento da supervisão, já que trata basicamente de sua formação e seu papel no contexto político e educacional brasileiro, assim formulado: repasse "aos educadores brasileiros dos métodos e técnicas utilizadas na educação primária norte-americana, promovendo a análise, aplicação e adaptação dos mesmos, a fim de atender às necessidades comunitárias em relação à educação, por meio de estímulo à iniciativa dos professores." (NOGUEIRA, 1989, pg. 37). Nele, vemos a causa e a razão da supervisão, dos centros de formação, do destaque metodológico, da prioridade aos métodos e técnicas, da atuação no ensino primário e da sua tarefa fiscalizadora.

Inicia-se a formação das supervisoras em Indiana - Estados Unidos para onde várias professoras foram se especializar regressando, posteriormente, para Belo Horizonte a fim de ministrarem cursos para novas supervisoras. Expande-se assim a prática da supervisão por todo o país.

A partir de então, as escolas passam a ter uma nova figura, a supervisora, cuja formação foi intencional, tendo sido acrítica e apolítica para atender interesses políticos e seguir os mandamentos do sistema político instituído, onde a meta era planejar e controlar. Seu papel era fiscalizar, valorizar a metodologia, o ensino tecnicista, não dar importância ao 'POR QUÊ e PARA QUÊ FAZER mas apenas ao COMO FAZER.

Assim, a supervisão inseriu-se no sistema educacional brasileiro internacionalmente por razão prioritariamente políticas.

Entretanto, passa-se uma imagem de que a função supervisora é inovadora, moderna, introdutora de novos métodos e técnicas de ensino, numa tentativa de mascarar sua verdadeira função, ou seja, a de ser transmissora da ideologia da classe dominante que visa a encobrir seu descomprometimento com uma educação democrática, voltada para os interesses da grande maioria da população brasileira. De fato, a supervisão educacional atua numa escola ainda elitista e seletiva, que tem acentuado o processo de marginalização das classes populares, do ponto de vista quantitativa e qualitativa.

Acresçamos a tudo que foi dito, o fato de o pensamento conservador ser uma característica geral dos educadores, em todos os níveis, com maiores ou menores exceções dependendo da sua formação acadêmica e do seu compromisso político. É evidente, e não poderia ser de outro modo, que a supervisão desenvolva um trabalho onde o pensar crítico, a transformação, o planejamento, questionamento, a busca por interesses comuns não estão presentes em sua prática educativa.

Embora a supervisora tenha tido a missão de...

e sociais, nos Encontros Nacionais de Supervisores Educacionais-ENSES, e na luta do dia-a-dia, começa a ter uma visão crítica da realidade, passando a refletir sobre a função de agente reprodutor da ideologia dominante que desempenha a função de agente de transformação, ou seja, de agente da contra-ideologia que poderá desempenhar.

Neste sentido, pôde alargar sua visão, ter consciência da sua verdadeira realidade, da possibilidade de desenvolver dentro da escola um trabalho voltado para a transformação da sociedade, de rebelar-se e não limitar-se apenas a receber ordens sem questioná-las. Não apenas obedecer mas criar, inovar, repensar, não ver os fatos como acontecimentos naturais e corretos; a tomar decisões; a crer que as decisões do Estado burguês só beneficiam a ele próprio e prejudica alunos e professores.

Só assim, conseguirá uma educação voltada para todos, sem distinções entre dominantes e dominados.

Para isso, o pensar crítico, o espírito de luta, o trabalhar coletivamente, torna-se parte integrante e força propulsora de sua ação educativa.

Repensar a prática da supervisão educacional significa, enviar esforços, ao lado dos demais profissionais da educação, para conquistar uma escola democrática que assuma, de fato, sua função política, como um espaço de luta, junto a outras instituições sociais, para a superação das contradições existentes, porque "a luta pedagógica não é, senão, uma forma de luta, ao lado da luta econômica, social e política." (CHARLOT 1983, pg.302).

Segundo Marilena Chauí, o que faltou à formação dada a supervisora educacional foi uma visão política do contexto histórico no qual se insere a ação educativa. É necessário que a supervisora adquira uma consciência crítica da realidade brasileira, forjada nas lutas e redimensionando a sua ação educativa incorporando a esta, sua ação política.

Por tudo isso, pretendemos neste trabalho analisar a prática e as bases teóricas de ação supervisora na escola de 1º grau da rede estadual articulada na 9ª Região de Ensino da Paraíba, com vistas a delinear seu perfil e descobrir perspectivas para seu pedagógico.

III- OBJETIVOS

GERAL:

- Conhecer e refletir sobre a prática educativa da Ação Supervisora na 9ª Região de Ensino da Paraíba e a aceitação que tem a comunidade escolar pelo exercício da supervisão.

ESPECÍFICOS:

1. Aprofundar os conhecimentos sobre Supervisão Educacional, de modo geral e, em particular, nessa escola.
2. Caracterizar a dimensão educativa da função supervisora na referida escola.
3. Refletir, numa perspectiva crítica, a avaliação e / ou propostas apresentadas pela comunidade escolar para a prática educativa na escola supra-citada.

IV- METODOLOGIA

Este trabalho engloba nas características de um estudo exploratório, cujo objetivo fundamental é buscar esclarecimentos, respostas para um problema mediante o emprego de procedimentos científicos. VERGER (1982) e SELTZ (1967) mostram que:

"a pesquisa no seu nível exploratório é um trabalho que tem como finalidade desenvolver e esclarecer os fatos, visando a modificar conceitos e idéias para a formulação de novos problemas e hipóteses para estudos posteriores." (pág. 134)

Envolve ainda, este estudo levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudo de caso, com o objetivo de proporcionar uma visão geral e aproximativa dos fatos.

Desse modo, procuramos analisar aqui a concepção teórico-metodológica subjacente à prática educativa do supervisor na referida escola, suas relações com os elementos do processo ensino-aprendizagem, suas condições de trabalho, sua realização pessoal e profissional, sua concepção de escola pública. Enfim, como se dá a relação entre o supervisor e a comunidade escolar, como esta avalia sua atuação e como gostaria que fosse exercida, de forma que possamos traçar seu perfil e apontar perspectivas.

Foi necessário o trabalho direto no campo, onde se realiza a ação supervisora, com o intuito de melhor compreendermos a questão proposta para estudo e podermos elaborar um relatório contendo o desenvolvimento da experiência.

Por isso, este trabalho é concentrado na figura do supervisor, mas envolverá também outros elementos inseridos no processo ensino-aprendizagem, como professor, aluno, corpo técnico-administrativo, auxiliar de serviço, etc., que, direta ou indiretamente, possam contribuir para a compreensão do fenômeno em estudo, bem como, para a obtenção de um universo variado e significativo.

Consta neste trabalho o número definido dos sujeitos desse estudo. Pensamos, em princípio envolver a totalidade das supervisoras existentes na 9ª Região de Ensino, além de outras pessoas que direta ou indiretamente trabalham com a supervisora. Isto só pôde ser definido mediante alguns contatos com a área trabalhada. Todavia, levando em consideração os critérios adotados, selecionaremos uma amostra que delimite o campo da investigação, de forma a possibilitar a consecução dos objetivos desejados e que, acima de tudo, seja significativa em relação ao universo SUPERVISÃO :

Para efetivação desse trabalho optaremos pelos procedimentos metodológicos adequados a um estudo dessa natureza, como observação simples e entrevistas não estruturadas, pois só através do contato direto e do dia-a-dia do trabalho da supervisora, teremos condições de entender como se dá na prática, a Ação Supervisora na 9ª Região de Ensino.

Escolhemos a observação por ser um instrumento adequado para apreender o nosso objeto de estudo, na medida em que poderemos acompanhar in loco o dia-a-dia dos sujeitos, o significado que eles dão à realidade que os rodeia e as suas próprias atitudes.

As entrevistas, por sua vez, ajudar-nos-ão no aprofundamento da investigação, pela possibilidade que ela oferece de captarmos de forma imediata e coerente a informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais diversos aspectos.

Visitamos a Escola X de 1º Grau da cidade de Cajazeiras nos dias 10 e 11/03/92, acompanhamos nesses dias a matrícula, onde a partir daí já pude conhecer e perceber os problemas em relação a matrícula da referida unidade de ensino.

Realizou-se o planejamento nos dias 12/e 13/03/92, do qual também pude participar.

Voltamos a Escola no dia 10/04/92, para colher dados relativo ao número de alunos, professores e funcionários por turno e série, para que pudéssemos extrair desse universo uma amostra significativa para depois iniciar o trabalho.

O número de sujeito deste estudo ficou definido em torno de 35 no máximo, o que seria significativo, em relação ao número de escola.

Porém como foi dito antes devido quais não foi possível atingir o número delimitado. Levando em considerações os critérios quais adotados, o trabalho consta de 20 amostras, sujeitos investigados, distribuídos da seguinte maneira: um supervisor, 01 diretor, 01 vice-diretor, 04 alunos, 11 professores e 02 auxiliares de serviços, sendo supervisionados diretos e indiretamente.

O roteiro das entrevistas foi pensado a partir de temas e problematização, privilegiando determinadas questões, o trabalho do supervisor, seu relacionamento com as contribuições desse profissional para a escola, sua concepção de Escola Pública etc.

As entrevistas foram feitas na escola, no período de 10/04/92, com duração de 30 minutos cada uma. As falas foram gravadas, depois transcritas e analisadas, o que proporcionou condições de entender como se dá a

prática e a Ação Supervisora na Escola Pública.

V- A PRÁTICA SUPERVISORA NA ESCOLA PÚBLICA

Até o advento da sociedade moderna, três instituições eram basicamente responsáveis pela educação, a comunidade, a família e a igreja. A comunidade, encarregava-se de transmitir os valores éticos e valores permanentes da sociedade aos novos membros. A igreja atribuía-se a educação moral e a família encarregava-se da educação para o trabalho.

Modernamente, a sociedade criou as escolas, que passaram a assumir as responsabilidades educacionais pelos novos membros. Assim do ponto de vista destas funções, aquilo que era dividido entre igreja, comunidade e família, foi transferido para outra instituição, socialmente necessária. E nesse sentido, a responsabilidade social pela manutenção da escola deve ser, prioritariamente do poder que congrega as exigências sociais. Dai se compreende a Escola Pública, como a única capaz de responder a essa ampla necessidade social.

No entanto, ao poder público não cabe apenas o dever de providenciar atendimento escolar universal. Cabe-lhes também assegurar as condições essenciais ao desenvolvimento das atividades educacionais.

No entanto, o que temos visto é o descaso das autoridades para com a escola pública e, conseqüentemente, para com a educação. "A escola pública está sem crédito. Na verdade o que podemos sentir é o pouco caso que os governantes oferecem. E então a educação esta sucaterada desgastada". (Ent. nº 05).

A realidade escolar em nosso país é desastrosa, onde o fracasso escolar, a repetência e a evasão são fenômenos de ocorrência constante.

Também os profissionais em educação não estão nada satisfeitos com a política educacional e salarial que afeta a todos indistintamente, não só a nível Nacional, mas também Estadual e local. "Acho que o governo ao invés de gastar dinheiro com propagandas mentirosas, era melhor que mandasse materiais para as escolas e pagasse bem ao professor". (Entrevista nº 7).

Na Paraíba foi elaborado um plano de resgate da Escola Pública, começando de forma errada, pois os trabalhadores em educação não foram ouvidos, nem consultados. Esse plano mirabolante com repercussão a nível nacional colocou a Educação Paraibana no pico da educação nordestina.

Como tudo é feito sem alicerce cai o famoso plano de "res

A propaganda nos meios de comunicação foi tamanha, que as escolas ficaram super-lotadas, sem a mínima condição física para acomodar tanto aluno. O restante dos decretos da chamada escolar não funcionaram até agora, pois nas escolas que visitei falta carteiras, material didático etc. Além das instalações físicas precárias, espaço pequeno, desprovidos até de profissionais e principalmente do especialista, no caso o supervisor.

Outro decreto que foi colocado em funcionamento no documento acima citado, é o que trata da criação do agente educacional criada com a finalidade de fiscalizar o trabalho docente, conforme diz este depoimento: - A criação do Agente Educacional nada mais é que um radar do governo, para deduzir, controlar e avaliar os setores da escola como um todo. (Entrevista nº 19).

Após os estudos realizados na escola pública de Cajazeiras, sobre a Ação Supervisora pude constatar como se dá a prática desse profissional nos referidos estabelecimentos de ensino.

De acordo com os depoimentos coletados através das entrevistas com professores, alunos e outros profissionais das escolas, a Supervisão quase não teve atuação. -"Quase não vinha aqui, portanto não sei falar como foi o trabalho dela" (Entrevista nº 18).

Outros depoimentos... "Nunca ouvi nem falar sobre esse elemento"... "Desconheço esta pessoa, aqui no colégio não temos nenhum conhecimento sobre supervisora"... "O planejamento é feito pelos professores da escola, portanto não há nenhuma participação da supervisora"... "A gente se reúne e faz o planejamento, por série, de acordo com os conteúdos"...

Ainda sobre o planejamento indaguei: A supervisora, contribui na elaboração do planejamento didático? -"Fazemos o planejamento no início do ano, todos os professores se reúnem e elaboram um plano de ensino que é flexível, além de elaborarmos um plano semanal nas aulas departamentais, sem a presença do supervisor (Entre. nº 5).

Indaguei... Esta escola está completamente desprovida de recursos? "Atualmente a nossa escola está sendo uma decepção, a começar pela falta de material didático a gente tem vontade de realizar um bom trabalho, mas as condições não deixam"... (entre. nº 18).

Continuei... Isto dificultou bastante o trabalho da professora na escola? - "Falta de recursos, omissão por parte dos governantes" (entrevista nº 01).

Essa prática é vista dessa forma, porque os professores desconhecem o verdadeiro papel do supervisor escolar, e também não procuram questionar o trabalho da supervisora, sua atuação e seus objetivos.

Por outro lado o supervisor não possui uma prática pedagógica definida, delimitando-se a partir de determinados valores e objetivos concretos apenas a planos do Estado.

Dando a entender que essa prática pedagógica, fundamenta-se numa dimensão tecnoburocrática. Visto que todos os que trabalham na escola, desenvolvem um trabalho de forma isolada, onde cada um desempenha o seu papel.

Em virtude do Supervisor ter sido criado dessa forma, é que ainda hoje ele é visto na escola, como a figura que divide as funções dos profissionais dentro da mesma. Embora seja vítima também do sistema, o supervisor ainda é considerado como fiscal, e o trabalho é visto como antipedagógico, por não trabalhar junto ao professor em conjunto despertando-o para uma consciência crítica.

VI- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fundamentando-se nas informações dos docentes, percebi que sempre esteve na escola a figura do supervisor. Porém os serviços prestados por este profissional a escola foi limitado, e sua prática educativa não atendeu as necessidades da escola.

Diante disso a equipe supervisionada da escola sente necessidade de um especialista em educação, que possa questionar sua função, refletindo e analisando sua praxis, com a possibilidade de melhoria do processo ensino - aprendizagem.